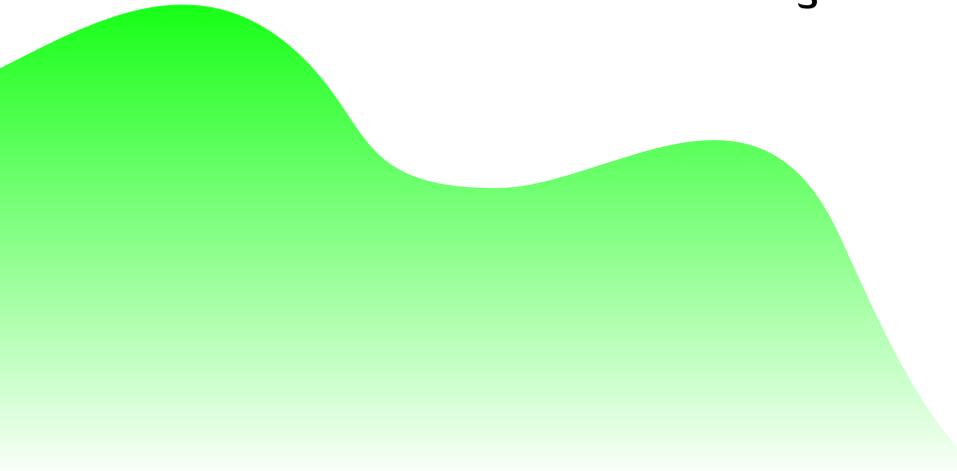


CONTRIBUIÇÕES PARA A
CONSTRUÇÃO DA TESE
ECOSSOCIALISTA
Informações Sistematizadas



MANIFESTO ECOSSOCIALISTA INTERNACIONAL

Marcos Barbosa de Oliveira, Pierre Rousset, David Barkin, Cristóbal Cervantes, Arran Gare, Laurent Garrouste, Jean Marie Harribey, Howie Hawkins, Joel Kovel, Richard Lichtman, Peter Linebaugh, Isabel Loureiro, Michael Löwy, Ariel Salleh, Walt Sheasby, Jose Tapía, Ahmet Tonak, Renan Vega, Charles-André Udry, Victor Wallis.

O século XXI se inicia com uma nota catastrófica, com um grau sem precedentes de desastres ecológicos e uma ordem mundial caótica, cercada por terror e focos de guerras localizadas e desintegradoras, que se espalham como uma gangrena pelos grandes troncos do planeta África Central, Oriente Médio, América do Sul e do Norte, ecoando por todas as nações.

Na nossa visão, as crises ecológicas e o colapso social estão profundamente relacionados e deveriam ser vistos como manifestações diferentes das mesmas forças estruturais. As primeiras derivam, de uma maneira geral, da industrialização massiva, que ultrapassou a capacidade da Terra absorver e conter a instabilidade ecológica. O segundo deriva da forma de imperialismo conhecida como globalização, com seus efeitos desintegradores sobre as sociedades que se colocam em seu caminho. Ainda, essas forças subjacentes são essencialmente diferentes aspectos do mesmo movimento, devendo ser identificadas como a dinâmica central que move o todo: a expansão do sistema capitalista mundial.

Rejeitamos todo tipo de eufemismos ou propaganda que suavizem a brutalidade do sistema: todo mascaramento de seus custos ecológicos, toda mistificação dos custos humanos sob os nomes de democracia e direitos humanos. Ao contrário, insistimos em enxergar o capital a partir daquilo que ele realmente fez.

Agindo sobre a natureza e seu equilíbrio ecológico, o sistema, com seu imperativo de expansão constante da lucratividade, expõe ecossistemas a poluentes desestabilizadores, fragmenta habitats que evoluíram milhões de anos de modo a permitir o surgimento de

organismos, dilapida recursos, e reduz a vitalidade sensual da natureza às frias trocas necessárias à acumulação de capital.

Do lado da humanidade, com suas exigências de autodeterminação, comunidade e existência plena de sentido, o capital reduz a maioria das pessoas do mundo a mero reservatório de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que descarta os considerados inúteis. O capital invadiu e minou a integridade das comunidades por meio de uma cultura de massas global de consumismo e despolitização. Ele expandiu as disparidades de riqueza e de poder em níveis sem precedentes na história. Trabalhou lado a lado com uma rede de Estados corruptos e subservientes, cujas elites locais, poupando o centro, executam o trabalho de repressão. O capital também colocou em funcionamento, sob a supervisão das potências ocidentais e da superpotência norte-americana, uma rede de organizações trans-estatais destinada a minar a autonomia da periferia, atando-a às suas dívidas enquanto mantém um enorme aparato militar que força a obediência ao centro capitalista.

Nós entendemos que o atual sistema capitalista não pode regular, muito menos superar, as crises que deflagrou. Ele não pode resolver a crise ecológica porque fazê-lo implica em colocar limites ao processo de acumulação — uma opção inaceitável para um sistema baseado na regra "cresça ou morra!". Tampouco ele pode resolver a crise posta pelo terror ou outras formas de rebelião violenta, porque fazê-lo significaria abandonar a lógica do

império, impondo limites inaceitáveis ao crescimento e ao "estilo de vida" sustentado pelo império. Sua única opção é recorrer à força bruta, incrementando a alienação e semeando mais terrorismo e contra-terrorismo, gerando assim uma nova variante de fascismo.

Em suma, o sistema capitalista mundial está historicamente falido. Tornou-se um império incapaz de se adaptar, cujo gigantismo expõe sua fraqueza subjacente. O sistema capitalista mundial é, na linguagem da ecologia, profundamente insustentável e, para que haja futuro, deve ser fundamentalmente transformado ou substituído.

É dessa forma que retornamos à dura escolha apresentada por Rosa Luxemburgo: "Socialismo ou Barbárie!", em que a face da última está impressa neste século que se inicia na forma de eco-catástrofe, terror e contra-terror e sua degeneração fascista.

Mas por que socialismo, por que reviver esta palavra aparentemente consignada ao lixo da história pelos equívocos de suas interpretações no século XX? Por uma única razão: embora castigada e não realizada, a noção de socialismo ainda permanece atual para a superação do capital. Se o capital deve ser superado, uma tarefa dada como urgente considerando a própria sobrevivência da civilização, o resultado será necessariamente "socialista", pois esse é o termo que designa a passagem a uma sociedade pós-capitalista. Diz-se que o capital é radicalmente insustentável e se degenera em barbárie, delineada acima, então estamos também dizendo que precisamos construir um socialismo capaz de superar as crises que o capital iniciou. E se os "socialismos" do passado falharam nisso, é nosso dever, se escolhermos um fim outro que não a barbárie, lutar por um socialismo que triunfe. Da mesma forma que a barbárie mudou desde os tempos em que Rosa Luxemburgo enunciou sua profética alternativa, também o nome e a realidade do "socialismo" devem ser adequados aos tempos atuais.

É por essas razões que escolhemos nomear nossa interpretação de "socialismo" como um ecossocialismo, e nos dedicar à sua realização.

POR QUE ECOSSOCIALISMO?

Entendemos o ecossocialismo não como negação, mas como realização dos socialismos da "primeira época" do século vinte, no contexto da crise ecológica. Como seus antecessores, o ecossocialismo se baseia na visão de que capital é trabalho passado reificado, e se fortalece a partir do livre desenvolvimento de todos os produtores, ou em outras palavras, a partir da não separação entre produtores e meios de produção. Entendemos que essa meta não teve sua implementação possível no socialismo da "primeira época". As razões dessa impossibilidade são demasiadamente complexas para serem aqui rapidamente abordadas, cabendo, entretanto, mencionar os diversos efeitos do subdesenvolvimento no contexto de hostilidade por parte das potências capitalistas. Essa conjuntura teve efeitos nefastos sobre os socialismos existentes, principalmente no que se refere à negação da democracia interna associada à apologia do produtivismo capitalista, o que conduziu ao colapso dessas sociedades e à ruína de seus ambientes naturais.

O ecossocialismo retém os objetivos emancipatórios do socialismo da "primeira época", ao mesmo tempo em que rejeita tanto os objetivos reformistas da social-democracia quanto às estruturas produtivistas das variações burocráticas do socialismo. O ecossocialismo insiste em redefinir a trajetória e objetivo da produção socialista em um contexto ecológico. Ele o faz especificamente em relação aos "limites ao crescimento", essencial para a sustentabilidade da sociedade. Isso sem, no entanto, impor escassez, sofrimento ou repressão à sociedade. O objetivo é a transformação das necessidades, uma profunda mudança de dimensão qualitativa, não quantitativa. Do ponto de vista da produção de mercadorias, isso se traduz em uma valorização dos valores de uso em detrimento dos valores de troca um projeto de relevância de longo prazo baseado na atividade econômica imediata. A generalização da produção ecológica sob condições socialistas pode fornecer a base para superação das crises atuais. Uma sociedade de produtores livremente associados não cessa sua própria democratização. Ela deve insistir em libertar todos os seres humanos como seu objetivo e fundamento. Ela supera assim o impulso imperialista

subjetiva e objetivamente. Ao realizar tal objetivo, essa sociedade luta para superar todas as formas de dominação, incluindo, especialmente, aquelas de gênero e raça. Ela supera as condições que conduzem a distorções fundamentalistas e suas manifestações terroristas. Em síntese, essa sociedade se coloca em harmonia ecológica com a natureza em um grau impensável sob as condições atuais. Um resultado prático dessas tendências poderia se expressar, por exemplo, no desaparecimento da dependência de combustíveis fósseis característica do capitalismo industrial, que, por sua vez, poderia fornecer a base material para o resgate das terras subjugadas pelo imperialismo do petróleo, ao mesmo tempo em que possibilitaria a contenção do aquecimento global e de outras aflições da crise ecológica.

Ninguém pode ler estas recomendações sem pensar primeiro em quantas questões práticas e teóricas elas suscitam e, segundo e mais desesperançosamente, em quão remotas elas são em relação à atual configuração do mundo, tanto no que se refere ao que está baseado nas instituições quanto no que está registrado nas consciências. Não precisamos elaborar estes pontos, os quais deveriam ser instantaneamente reconhecidos por todos. Mas insistimos que eles devem ser tomados na perspectiva adequada. Nosso projeto não é nem detalhar cada passo deste caminho nem se render ao adversário devido à preponderância do poder que ostenta. Nosso projeto consiste em desenvolver a lógica de uma suficiente e necessária transformação da atual ordem e começar a dar os passos intermediários em direção a esse objetivo. O fazemos para pensar mais profundamente nessas possibilidades e, ao mesmo tempo, iniciar o trabalho de reunir aqueles de idéias semelhantes. Se existe algum mérito nesses argumentos, então ele precisa servir para que práticas e visões semelhantes germinem de maneira coordenada em diversos pontos do globo. O ecossocialismo será universal e internacional, ou não será. As crises de nosso tempo podem e devem ser vistas como oportunidades revolucionárias, e como tais têm o dever de afirmá-las e concretizá-las.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL LANÇADA REDE BRASIL DE ECOSSOCIALISTAS

A Rede Brasil de Ecosocialistas foi lançada no dia 27 de janeiro, durante o Fórum Social Mundial. A iniciativa foi discutida durante os dois dias da oficina A Sustentabilidade pelo Ecosocialismo, promovida pelo Centro de Estudos Ambientais - CEA - de Pelotas (RS) e Terrazul, com a participação de mais de 250 pessoas, de 16 estados brasileiros.

A rede tem uma coordenação provisória e as adesões a declaração poderão ser feitas em breve. Está sendo montado o relatório da oficina, que será disponibilizado em breve. Mais informações e atualizações através do e-mail ceaong@uol.com.br.

Declaração de Princípios e Objetivos da Rede Brasil de Ecosocialistas:

Não existe futuro para qualquer pensamento político que não seja ecologicamente sustentável. A crise ecológica é um fenômeno Global, que deve ser tratado local e mundialmente com a mesma intensidade. Em sua ofensiva, para transformar tudo em propriedade e mercadoria, o capital patenteia a vida, apropria-se da biodiversidade, quer impor os produtos transgênicos, privatizar, mercantilizar e controlar as reservas florestais e a água.

Entender que a lógica da produção e consumo capitalistas funciona como se ela mesma fosse o seu próprio objetivo não basta, temos que transpor a barreira do entendimento ortodoxo, objetivado puramente nos termos das antigas vitórias da classe operária e seu partido, e reconhecer que a pauta ecológica impõe uma nova identificação de atores da cena social e na composição do bloco de forças em torno da aliança operário-camponesa.

A rede de ecosocialistas é formada por mulheres e homens que acreditam que o

*Roberto Villar Belmonte -
roberto@ecoagencia.com.br*

*© EcoAgência de Notícias,
j a n e i r o 2 0 0 3
<http://www.ecoagencia.com.br>.*

ambiente não pertence a indivíduos, grupos ou empresas, nem mesmo a uma só espécie.

Que lutam para que cada ser humano existente no planeta tenha os mesmos direitos a dispor dos elementos ambientais e sociais que necessita e que, quando estes forem limitados, ou mesmo insuficientes, a divisão deve ser justa e planejada. Nunca definida por guerras, competição ou outras formas de disputa.

Que compreendem que a humanidade deve limitar e adequar as suas atividades produtivas, respeitando os outros seres e processos de manutenção da vida no Planeta.

Homens e mulheres que acreditam que o eco-socialismo é a realização do socialismo, livre dos equívocos burocratizantes e centralizadores do chamado socialismo real, e atualizado ao contexto da crise ecológica.

Lutamos por uma sociedade sem a exploração de pessoas sobre pessoas, onde o trabalho vise a libertação e não alienação humana. Uma sociedade movida por energia de fontes renováveis, onde a produção reaproveite totalmente os materiais utilizados, sem gerar resíduos.

Lutamos por um Planeta onde o eterno ciclo natural de extinção e renovação de

espécies, mantenha-se determinado por ritmos naturais e não mais dentro do ritmo avassalador dos dias de hoje, em que muitas espécies sucumbem com enorme rapidez, por causa das ações da humanidade, que fica cada vez mais sozinha na superfície da terra. Um planeta habitado por espécies originadas nos processos naturais de criação e mutação naturais, onde se insere a humanidade;

Uma sociedade onde todos tem direito básico ao seu território, a um espaço para viver as superfície da terra e o espaço ambiental não é objeto de especulação imobiliária ou instrumento de Dominação e exclusão. Onde a terra fica para quem nela trabalha e vive, no campo e na cidade. E falamos de cidades sustentáveis.

Onde as pessoas tem consciência de que toda a produção utiliza elementos ambientais, conhecimentos e estruturas sociais. E que, portanto, parte de produção é de propriedade social e toda pessoa tem direito de acesso aos resultados da produção social, que lhe permita viver em condições dignas.

Uma sociedade que não aceite riscos sócio-ambientais. Que entenda que a inexistência de provas para demonstrar que uma tecnologia é perigosa não basta para a sua aceitação, pois quando surge uma inovação, normalmente ainda não se tem conhecimento dos riscos. Ao contrário, é preciso que a tecnologia prove ser segura e constituir-se em instrumento de melhoria sócio-ambiental da sociedade, em relação ao existente.

Lutamos por um tempo onde a diversidade social é fruto da livre determinação de pessoas e povos. As diferenças culturais, étnicas, de raça, de gênero e de opção sexual não podem jamais ser instrumento de negação de igualdade de direitos sociais.

Enfim, a rede de ecossocialistas é formada por pessoas que dedicam suas vidas para defender a vida, contra a barbárie e pela paz no planeta.

Porto Alegre, III Fórum Social Mundial, 27 de janeiro de 2003.

Para Entender a Crítica Conservadora

De: - EXCLUSIVO - EcoAgência de Notícias

Data: 29-jan-03

Hora: 13:45:10

Michel Löwy apresentou nesta segunda, dia 27, o painel "Marxismo e ecologia", como parte da oficina "A sustentabilidade pelo ecossocialismo", promovida pelo CEA - Centro de Estudos Ambientais e o Terrazul. Renomado professor em universidades francesas, seu nome e a relevância do tema levaram um grande público a sala 315 do prédio 11 da PUC.

Apresentando-se como marxista, Löwy afirmou que a principal crítica aos ecologistas é a de que estes desenvolvem ações pontuais em defesa da natureza, sem um sentido do que está em jogo no capitalismo. Os ecologistas são alienados. Confessando ter descoberto a ecologia há apenas alguns anos, disse que, em contrapartida, os ecologistas criticam o marxismo por considerá-lo produtivista. Pena que Löwy não tenha definido o que queria dizer por produtivismo, palavra que passou a ser de uso freqüente na sua apresentação.

Löwy procurou mostrar que Marx tinha preocupações com a natureza, que ele não era um simples produtivista (seja lá o que a palavra queira dizer). A ênfase dada por Marx de que mais importante do que aquilo que o homem tem, é aquilo que ele é seria um argumento a favor desse ecologismo marxista. A favor deste o paineleiro também fez referência a uma frase da obra de Marx, em que este diz que a essência do peixe é a água. Só mesmo a idolatria para explicar a falta de senso crítico em salvar em Marx um erro tão crasso. Você não estranharia, leitor, se alguém lhe dissesse que sua essência como homem é o ar? Que alguma coisa seja condição fundamental para viver, não a faz essência, embora se possa dizer em outro sentido que ela é essencial para a vida. Se Marx não dispunha da biologia molecular para saber que a essência de um peixe é seu código genético, já tinha a disposição todo o legado da filosofia escolástica e do aristotelismo para saber distinguir esse tipo de coisa.

III Fórum Social Mundial Ecossocialismo tem visão caricatural do movimento ambientalista

por Antônio Madalena, especial para a Ecoagência

Erros desse tipo no entanto não tiram nada da grandeza de Marx, que continua plenamente válido para analisar as estruturas e relações de produção. O problema é que a exposição de Löwy revelou uma visão extremamente caricatural do movimento ambientalista. Dentro do ambientalismo, há uma enorme diversidade de movimentos, que refletem diferentes práticas e visões. Essa diversidade é saudável. A visão apresentada por Löwy é a de uma ecologia como uma causa sentimental de amor a natureza, em que ambientalistas defendem o verde, sem saber o que está em questão. Uma palavra serve para definir os ecologistas: são alienados. Do que? Das relações de produção e forças produtivas, que nunca são neutras no capitalismo.

O que os ecologistas precisam para deixar de ser alienados? Do ecossocialismo, é claro. Para Löwy nossa civilização industrial capitalista precisa mudar seu paradigma e a missão do ecossocialismo seria o de projetar esse novo paradigma civilizatório. Ora, só mesmo o desconhecimento da história da ecologia pode ter levado Löwy a essa inversão. Porque como marxista ele sabe muito bem que o marxismo sempre foi um incondicional defensor do progresso e nunca questionou os pressupostos da civilização.

Quem fez a crítica da civilização industrial foi a ecologia. Se fôssemos esperar pelos marxistas, a natureza estaria em muito piores condições, e no campo teórico não teríamos uma grande parte da reflexão que se produziu. Löwy esqueceu de dizer, ou não quis, que a experiência dos países comunistas foi marcada pela mesma destruição da natureza. Com a única diferença de que era pior, porque não havia espaço para movimentos sociais e ecológicos, já que o estado totalitário não o permitia. A ecologia como movimento nasceu nas democracias ocidentais porque essas permitem as condições para a organização das pessoas.

O ecossocialismo apresentado por Lowy se mostra como um grande esforço de apropriação das conquistas do campo da ecologia para dentro do marxismo, como forma de revitalizá-lo. Enquanto os marxistas os taxavam de alienados, os ecologistas construíam a crítica aos fundamentos da civilização industrial. O movimento ambientalista absorveu diferentes correntes de pensamento, do movimento hippie e contracultura, das filosofias e religiões orientais e da ciência, entre outras. Foi através da ciência que se articulou essa crítica.

No Brasil, José Lutzenberger, cientista e agrônomo, fez esse trabalho. Foi também um cientista, o biólogo e médico Konrad Lorenz quem escreveu um livro seminal intitulado *A demolição do homem* crítica a falsa religião do progresso. E assim como esses, inúmeros cientistas, mestres espirituais, poetas (ligados a beat generation, por exemplo, em especial Gary Snider) fizeram de forma consistente essa crítica. Alguns deles, a bem da verdade, inclusive usavam referenciais teóricos do marxistas. Mas eram vistos como gente estranha e heterodoxa, como Norman O. Brown, que ousa fundir psicanálise e marxismo.

É claro que em tempos de neoliberalismo a vinda dos marxistas para o território da ecologia é bem vinda, mas que não queiram destruir a diversidade desse, fazendo com que a única visão válida seja a sua. Que o movimento ecológico apresente várias correntes é algo mais fiel à complexidade da vida, coisa que historicamente os marxistas, no seu afã revolucionário, nunca pareceram compreender bem.

Löwy em sua apresentação foi bastante injusto e incorreto com o ambientalismo. A crítica à civilização industrial foi feita por ecologistas. Os marxistas permaneceram sempre deslumbrados com o progresso. Como afirma o sociólogo Immanuel Wallerstein, em *Capitalismo histórico e civilização capitalista*, "se há uma idéia associada ao mundo moderno, é a noção de progresso (...) a idéia do progresso justificou a transição do feudalismo para o capitalismo. Legitimou que a oposição remanescente à mercantilização de tudo fosse destruída e permitiu descartar os aspectos negativos do capitalismo com base na noção de que os benefícios superavam em muito os prejuízos. Logo, não é surpreendente que os liberais acreditassem no progresso. Surpreende é que os seus oponentes ideológicos, os marxistas, acreditassem no progresso, com, pelo menos, a mesma paixão. Essa crença serviu a um importante propósito ideológico. (...) Ao mesmo tempo em que a idéia de progresso justificava o socialismo, também justificava o capitalismo. (...) A adesão marxista ao modelo evolucionário de progresso tem sido uma enorme armadilha." (grifos meus)

Como sempre há exceções à regra, já em 1980 o sociólogo Jean Pierre Dupuy, marxista, alertava que o capitalismo estava levando a sério a questão ecológica. Dizia ele, então: "a ecologia do capitalismo é a integração dos constrangimentos ecológicos na lógica capitalista. Essa integração é possível e está em via de conceptualização, programação e implantação." Era 1980 e ele nos alertava para essa tendência do ecocapitalismo, perigosa pois nos quer fazer acreditar que vivemos no melhor dos mundos possíveis, que enfim, agora que o capitalismo despertou para a questão ambiental, podemos ficar tranquilos, tudo é uma questão de tempo e com técnica, ciência e empresários, o capitalismo vai resolver o problema. Não é o caso sabemos. É possível aproximar ecologia e marxismo. Afinal, o alemão Haeckel criou o termo ecologia no mesmo ano em que seu compatriota publicava o livro I de O Capital.

A Crítica da Crítica

III Fórum Social Mundial

Ecosocialismo: CARICATO É O PRÉ-CONCEITO

Leandro César Signori - leandrosignori@terra.com.br - Rede Brasil de Ecosocialistas

© EcoAgência de Notícias
NEJ-RS e PANGEA, MARÇO DE 2003
www.ecoagencia.com.br

De: - EXCLUSIVO - EcoAgência de Notícias
Date: 06-fev-03

Em artigo publicado na EcoAgência de Notícias, sob o título Ecosocialismo tem visão caricatural do movimento ambientalista (<http://www.ecoagencia.com.br/fsm4/00000092.htm>), o Sr. Antônio Madalena analisa a exposição do teórico marxista Michel Lowy na oficina a "A sustentabilidade pelo ecosocialismo", promovida pelo CEA - Centro de Estudos Ambientais e o Terrazul, no III FSM de Porto Alegre. A oficina ocorreu nos dias 26 e 27 de janeiro, e participaram dela aproximadamente 300 pessoas de 16 Estados brasileiros. O evento debateu e analisou quatro temas principais, e entre painelistas e debatedores participaram da mesa dos trabalhos 12 pessoas, com opiniões diversas e que contribuíram para o debate e a investigação, posicionada sim, no ecosocialismo, mas aberta e não dogmática. O seu primeiro resultado é a formação da Rede Brasil de Ecosocialistas e a Declaração de Princípios e Objetivos da Rede, documento que reflete o pensamento construído durante os trabalhos e possibilita um debate, não localizado e/ou pinçado pontualmente, que se não feito no seu conjunto, pode transmitir uma visão parcial e distorcida.

É possível sim, aproximar ecologia e marxismo, muito mais por que possuem objetivos comuns, e menos pela publicação no mesmo ano do livro I de O Capital e da criação do termo ecologia, respectivamente por Marx e Haeckel. "O socialismo

e a ecologia - ou pelo menos, algumas de suas correntes - são cada um à sua maneira, herdeiros da crítica romântica. Seus objetivos comuns implicam a superação da racionalidade instrumental, da autonomização da economia, do reino da qualificação, da produção como objetivo em si, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens de rentabilidade e à necessidade da acumulação do capital. Tanto o socialismo como a ecologia reivindicam valores qualitativos: o valor de uso, a satisfação das necessidades, a igualdade social para o primeiro, a salvaguarda da natureza e o equilíbrio ecológico para a segunda. Também concebem a economia como "encaixada" no meio ambiente social e natural. O objetivo comum poderia ser, como escreve Mitzman, substituir os atuais valores dominantes de crescimento econômico linear e de enriquecimento pessoal, de competitividade impiedosa e de divisão do mundo entre ganhadores e perdedores, por valores orientados para a harmonia social e para a solidariedade, baseados no respeito pela natureza, no caráter cíclico da vida em geral."©^

A produção teórica e programática de Michel Lowy, esclarece as imprecisões de interpretação de Antônio Madalena. Vejamos:

"Marx e Engels perceberam a tendência da economia capitalista para destruir a natureza. Até o final de sua

vida, Engels esboçou uma visão clara do alto preço que a humanidade poderia chegar a pagar por dominar as forças da natureza. Contudo estes germes de consciência praticamente não foram desenvolvidos pelo movimento operário organizado nem pelos teóricos marxistas posteriores. Pelo contrário, estes, ...se deixaram arrastar por uma concepção do socialismo que alijava toda inclusão dos custos ecológicos de seu modelo econômico. O socialismo de hoje têm, pois uma verdadeira dívida com os ecologistas contemporâneos, que assumiram e ampliaram a consciência ecológica dos socialistas do século XIX. A revisão da doutrina socialista nesse sentido é um trabalho indispensável de autocrítica e responsabilidade. ©

"Apesar do desaparecimento da URSS e da maior parte das sociedades que se reclamavam do modelo soviético, é necessário voltar brevemente para suas políticas aplicadas ao meio ambiente. O balanço ecológico da URSS deixou claro que o estado do meio ambiente sob uma economia burocrática de planejamento centralizado não é de nenhuma maneira melhor que no capitalismo. Pelo menos no que diz respeito a contaminação do ar, da água, da terra e da poluição nuclear - Chernobyl! - assim como os problemas dos centros urbanos, a situação é ainda pior que nas metrópoles imperialistas." ©

"A palavra "Produtivismo", ... traduz - as vezes de forma confusa - um aspecto da irracionalidade do sistema capitalista. Em vez de criar progresso social, o desenvolvimento da produtividade conduz a intensificação a exploração da força de trabalho, a soluções de produção desconexas das necessidades sociais e ecológicas e as crises crônicas de superprodução. A produção funciona como se ela mesma fosse seu próprio objetivo."

Agora, somente o pré-conceito, para atribuir a Michel Lowy a questão da essência do peixe. Esta abordagem foi feita por outro debatedor. Porém parece que em vez de buscar as conexões entre socialismo e ecologia, somar, reforçar a luta pela sustentabilidade planetária, o que interessa a Madalena é ser um "crítico" do ecossocialismo. Mas sobre o peixe, lembrado através de uma passagem da Ideologia Alemã, por Cláudio Hiran. A referência teve exatamente o sentido de afastar o pensamento escolástico e realçar uma das principais contribuições de Marx: não há essência separada da existência. Utilizou o exemplo do peixe para

demonstrar que, inclusive, as mutações genéticas que hoje são constatadas, inclusive a transmutação sexual que algumas espécies apresentam, não estão dissociadas do meio (existência) em que o peixe habita. Essa ligação(essência-existência) tem em relação ao ser humano a constatação de Marx do fato de a sua essência estar ligada ao seu "ser social". Se não fosse assim, então poderíamos dizer que um clone teria a mesma essência do clonado, a mesma vida, a mesma história, os mesmos sentimentos e desejos etc.

Para o ecossocialismo, a sustentabilidade sócio-ambiental é incompatível com o capitalismo nas suas duas vertentes, a neoliberal e social-democrata. A preocupação com o enriquecimento imediato, inerente à lógica do mercado e do lucro, deve deixar de constituir a base dos valores da humanidade. A separação dos seres humanos da terra está na origem e no cerne da sociedade capitalista. A lógica da concorrência impôs ritmos intensos ao processo de produção, incompatíveis com os fluxos de matéria e energia de cada ecossistema, com o equilíbrio psicoafetivo do trabalhador e com os ritmos próprios à vida de cada povo e cultura.

O ecossocialismo entende que, mais importante do que simplesmente definir genericamente que o ser humano está destruindo a natureza, diluindo as responsabilidades pela devastação do planeta é preciso apontar as responsabilidades e alternativas de mudanças verdadeiras, e não meras amenizações ou maquiagens de problemas. No capitalismo, fundado no lucro e na propriedade privada, a natureza não está igualmente a disposição do ser humano. A propriedade privada da natureza, permite aos seus "proprietários" a retirada individual ou grupal dos lucros, deixando os custos ambientais para a sociedade e demais seres prejudicados.

A utopia de um socialismo verde ou de um comunismo solar não significa que não se deva agir desde agora. Não ter ilusões sobre a possibilidade de "ecologizar" o capitalismo não quer dizer que não se empreenderá a luta por reformas imediatas, concretas e viáveis na nossa sociedade. Mas reformas que, além de resultados imediatos, sejam passos na direção certa, de outra sociedade, possível e realmente sustentável.

INCORPORANDO AO SOCIALISMO A VISÃO DE JUSTIÇA AMBIENTAL

Por Carlos Frederico Castello Branco - Calico
Secretário de Comunicação - DM MIGUEL PEREIRA

Nas discussões internas que travamos no ambiente partidário, entre os companheiros militantes nos diretórios municipais e mesmo nas setoriais de meio ambiente, não conseguimos ainda mostrar avanços na compreensão de que as injustiças ambientais são reflexos da injustiça e da desigualdade econômica e social que marcam a história da sociedade brasileira

Ao debatermos a questão ambiental, não podemos desvincular a relação existente entre desigualdade social e econômica da exposição de populações pobres aos riscos ambientais.

Costuma-se ouvir, tanto nos meios acadêmicos, quanto nas lutas do movimento social e ambiental, e reverberado pela mídia controlada pelo capital, a máxima da globalidade dos riscos ambientais e da responsabilidade individual sobre a salvação planetária. Cada vez mais, envolvidos pela desintegradora visão de que o meio ambiente e a natureza são algo independente de contextos socioeconômicos determinados, cometemos o erro de responsabilizar os indivíduos pela preservação e ação contra a degradação. Com base nesta lógica, não há soluções válidas para os problemas ambientais a não ser aquelas que passam pelo avanço tecnológico, pelo controle do comportamento ecologicamente correto e pelos planos de gestão dos recursos naturais pautados em agendas desenhadas pelas classes dominantes voltadas cada vez mais para a mercantilização dos recursos e apropriação desigual dos bens naturais.

Em uma perspectiva de Justiça Ambiental, “as causas da degradação não são determinadas por fatores conjunturais ou pela ignorância tecnológica. Devem-se a um conjunto de variáveis interconexas que se dão em bases sociais, econômicas, culturais e políticas estruturalmente desiguais, que formam a sociedade contemporânea”.

“Tal estrutura faz com que o processo de exposição aos riscos ambientais, bem como a definição e percepção destes, também seja desigualmente distribuído. Assim a maioria da população incluída de forma subordinada no processo produtivo está simultaneamente, excluída do acesso aos bens socialmente produzidos e dos canais formais de decisão política. Essa imensa parcela da população, está mais exposta ao que chamamos “riscos ambientais” como as enchentes, desmoronamentos, poluição, lixo, doenças de caráter sanitário, contaminação e de toda a diversidade de acidentes ambientais, do que os grupos de maior renda”. (Rede de Justiça Ambiental 2003)

A visão de justiça ambiental, mais do que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades da sociedade civil. Neste sentido serve de estrutura para a formulação da base teórica do ecossocialismo. Formular e divulgar informações, tendo como vetor central a justiça ambiental, de forma a construir bases conceituais do ecossocialismo, nos levam ao enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e sócioambientais, contribuindo para impactar o debate público e fortalecer a capacidade de intervenção política de grupos sociais excluídos de bens e direitos.

No curso da história, como efeito da tomada de consciência social e da maior significação dada à noção de humanidade, se explicitam e se declaram novos direitos como condição sine qua non da liberdade individual e da igualdade na liberdade.

Todos os seres humanos (homens e mulheres) devem ser iguais em dignidade e direitos; no direito de ser livre, de ir e vir, de opinar e publicar, de construir governos e de autodeterminar-se nas formas de coexistência. Direitos de trabalhar, de levar uma vida digna, direito a um meio ambiente saudável, direito à saúde, entre outros, são assim condições estruturais, porque sem sua realização não existem direitos efetivamente, não há liberdade nem possibilidade de organizar-se em sociedade. Em consequência, se impõe o conceito de justiça, dar a cada um o que lhe corresponde.

A questão da Justiça Ambiental, em particular, é muito recente.

Há poucas décadas o acesso aos bens naturais como o AR e a ÁGUA apareciam submetidos a poucas restrições, se mantendo gratuito e na maioria dos casos acessível. (o que já não acontecia em relação à terra, cuja propriedade privada já havia sido estabelecida a muito na história da humanidade).

Os bens que pareciam abundantes, segundo condições meramente climáticas, desde a metade do século XX se tornaram progressivamente mais escassos devido ao modelo de desenvolvimento imposto aos seres humanos. Este modelo "fordista-keynesiano", de ampliação do consumo, do consumo de massas, por mais que "democratize" relativamente o acesso aos bens manufaturados, se transformou, pelo imperativo do maior benefício monetário, num desenvolvimento absolutamente insustentável, impossível de se prolongar na história, sem acentuar a tendência de que ele põe em perigo a própria existência da humanidade.

Não se trata de uma visão catastrófica e sim de se fazer um juízo científico e realista.

O direito aos bens elementares, como o direito ao ar puro e a água e a alimentos não contaminados, condições de toda sobrevivência humana, se tornam escassos para as gerações presentes de muitas regiões do mundo e em particular para as gerações futuras. Assim se impõe revisar os critérios vigentes para que se alcance uma efetiva justiça ambiental

como condição necessária às realizações dos direitos humanos.

Direitos Humanos, não são só direitos individuais, do homem egoísta, como escreveu Marx e sim "direitos que estabelecem uma relação: o reconhecimento do outro como igualdade". O direito de falar e o direito dos outros de ouvir, o direito de relacionar-se com os outros, o direito de associar-se é o direito de formar comunidades de auto-organizar-se e de compartilhar.

Estes direitos se expandem à medida que novos direitos, que são conquistados pelas lutas sociais, são reconhecidos, e mais ainda, são declarados, graças à progressiva tomada de consciência da justiça que comporta estas reivindicações.

Então, a justiça ambiental é um direito a mais, o direito a um meio ambiente saudável - entre muitos outros direitos? Sim e não. Sim, porque depende dos seres humanos buscar, reconhecer e estabelecer uma forma de convivência que torne possível a dignidade a todos os homens e mulheres. Não, porque considerando a necessidade urgente de mudança do modelo de desenvolvimento atual, por outro mais equitativo (sob o risco de desaparecimento de uma grande parte da humanidade) o direito a justiça ambiental é hoje em dia não só um direito mas sim uma condição para a existência das gerações futuras.

A Justiça Ambiental é então um novo paradigma para a ação. Longe de postergar os outros direitos os faz realizáveis concretamente pelo seu significado intrínseco de mudança radical do modelo de desenvolvimento. Nos conflitos ambientais e na justiça ambiental serão propostas as mudanças radicais nas relações de exploração, de injustiça social que tem como resultado a situação de pobreza e alienação em que vivem milhões de seres humanos.

Este novo paradigma não tem outro meio de chegar a ser realidade a não ser pela persuasão, pela tomada de consciência e pela ação transformadora.

A questão se torna complexa do ponto de vista político, quando a visão reformista entra no contra-ataque pela via do desenvolvimento sustentável que objetivamente se dá no interior do sistema capitalista, cada vez mais avassalador e degradado.

Diante dos acordos realizados no âmbito das agendas propostas pelo capitalismo a justiça ambiental perde a força revolucionária e se torna ambígua afirmando a sustentação econômica do ponto de vista burguês e

do ambientalismo pequeno burguês (privatizar os sistemas públicos que controlam a água e o ar, renovar um pouco mais os recursos, plantar árvores, resgatar carbono, financiar as agendas de gestão burocrática, responsabilizar o comportamento individual, desviar o foco das questões estruturais através das negociações de ajustes de conduta com empresários degradadores etc...).

As tendências e teses neoliberais baseadas na sustentabilidade são tão devastadoras para as classes subalternas quanto o fascismo o é para a democracia. Para os trabalhadores e para as futuras gerações da humanidade é um imperativo ético e político a transformação radical do conceito de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Por um outro lado, a prerrogativa socialista antropocêntrica, que permite ao homem e ao estado transformar a natureza e adaptá-la as necessidades sociais, também amplia a relação de domínio e exploração para satisfazer interesses desmedidos do estado sobre o homem e por conseguinte do homem pelo próprio homem e sobre a grande quantidade de seres que coexistem. A artificialidade de que o ser humano é capaz de recriar a natureza, tanto no capitalismo quanto no socialismo são relações de exploração e alienação onde a natureza é vista como produto, contra a pluralidade e a sociobiodiversidade.

Este aspecto se torna ainda mais grave com o desenvolvimento das técnicas e da ciência moderna porque, se por um lado permitem aspectos positivos para a comunidade humana (mantendo o conteúdo de classes nestes aspectos positivos) quando se põem em benefício do consumo de massas como diz H.Arendt "toma características de imprevisibilidade dos efeitos e escapa do debate e da compreensão". A produção de massas, a favor de um consumo cada vez maior de energias não renováveis e alienados de seu real valor de produção e venda, permanece indiferente aos efeitos massivos da contaminação, do lucro e o que é pior da perspectiva de poder mesurar como produto os bens naturais.

O fascismo e o estalinismo assim como Hiroshima e Chernobyl e as grandes guerras do imperialismo americano atual, são faces do livre mercado que nos mostra com cada vez mais clareza o contexto da globalização da miséria.

Justiça Ambiental, neste contexto, não é só uma questão ambiental no sentido clássico. Propõe a mudança do ponto de vista das relações humanas e aponta para a contrainformação sobre o domínio da exploração planetária.

Toda exploração indevida da natureza está intrinsecamente ligada as relações de exploração, de opressão, de dominação que possibilita mundialmente a injustiça social e ambiental. A continuidade das desigualdades no acesso aos recursos e as decisões do que fazer com eles.

Desde muito tempo que as relações de desigualdade entre classes tem sido denunciada pelos socialistas porém o novo paradigma que se apresenta pressupõe a necessidade de um amplo debate ambiental de inserção do tema na teoria da revolução. As teses marxistas devem incluir, não como revisionismo mas como aprofundamento, a percepção dos conflitos ambientais como método

As chuvas ácidas, a desertificação crescente em algumas zonas planetárias e a inundação em outras, o projeto burguês das megalópoles e mesmo o conceito da vida urbana, o aumento da monocultura multinacional, os transgênicos e o monopólio das sementes (com o fim das sementes crioulas) gerando a dependência e a contaminação das populações de trabalhadores rurais, a intensificação do frio e do calor e seus efeitos respectivos, o lixo tóxico industrial e urbano, as matrizes energéticas nucleares são apenas algumas mostras do projeto capitalista de imposição das massas à miséria e a ignorância.

Assim como a alternativa no século XXI ao antropocentrismo se coloca o ecocentrismo ao capitalismo se opõe hoje o ecossocialismo, o direito ontológico de todos os seres a terra sem exceção, a existência e a perdurabilidade dos ecossistemas ao qual o homem não é senão uma parte.

A percepção ecossocialista e sua prática revolucionária não pretendem dar prioridade ao homem sobre a natureza e estar em guerra contra a biodiversidade. Torna-se verdade um juízo político que deve redefinir as relações entre os homens e a natureza sem tirar-lhe a visão de luta de classes sem a qual também se tornará efêmera.

A história da natureza por ser uma história especificamente humana nos torna sujeitos dos "estados da natureza" e podemos redefini-la. Considerando o direito dos seres humanos e os direitos de todos seres vivos como uma "relação de

relações” e de “múltiplas relações de unidades e de pluralidade” o despertar só acontecerá a partir da pluralidade dos pontos de vista, num processo de autodeterminação.

Numa primeira tentativa de análise científica da visão socioeconômica da pluralidade e da biodiversidade nas décadas de 60 e 70 encontramos o conceito de ecodesenvolvimento:

“os princípios de ecodesenvolvimento se afastam de qualquer enfoque reducionista. Afirmam a primazia de todos os seres vivos, solidários e não de uma minoria humana. O princípio da solidariedade das gerações presentes com as gerações futuras. A necessidade de desenvolvimento social com bases na relação respeitosa do homem com a natureza e com os princípios da ecologia científica”.

A autonomia das comunidades humanas, a responsabilidade equitativa da satisfação das necessidades de todos e todas e a prudência ecológica, resumem o enfoque do ecodesenvolvimento. Ainda sem base teórica para propor mudanças estruturais, e sem qualificar com exatidão em qual sistema se daria este conceito de desenvolvimento surge à necessidade de uma análise política da ecologia.

Nasce então, da necessidade de uma base teórica, a ecologia política, que pressupõe um juízo político que traga eficácia aos movimentos sociais que incluem uma visão holística e ecológica à sua luta. Ecologia Política porque requer a participação de todos os envolvidos e excluídos deste processo de decisão, apontando diretamente para a solução do impasse da coexistência humana.

Como objetivo principal que se opõe à prudência pelo desconhecido e a busca do bem estar da humanidade, proposto pelo ecodesenvolvimento romântico dos anos 70, está a ganância cada vez maior das classes dominantes do capitalismo industrial, a visão economicista da natureza, a dominação do mercado e a exploração das condições subumanas em busca do lucro incessante.

Em todos os sentidos, chegamos a década de 90 a um ponto de saturação. Os meios de comunicação de massa passam a informar que os recursos naturais se esgotarão em breve e que os efeitos da artificialidade são incontroláveis. Transferem nitidamente a responsabilidade sobre a degradação dos ecossistemas, e por conseguinte do homem, ao comportamento antiecológico individual numa tentativa de esconder seu conteúdo de classe.

O imperialismo inicia os grandes financiamentos para a gestão burocrática dos recursos naturais, através dos

sistemas ambientais governamentais conservadores das colônias. Os bancos multinacionais criam fundos para o financiamento de projetos de organizações da sociedade civil e passam a comprar e corromper a intelectualidade orgânica. Amplia-se a linha de crédito para os técnicos ambientais.

Órgãos ambientais se tornam áreas estratégicas para as oligarquias rurais e seus latifúndios e ao mesmo tempo ambientalistas se colocam como arautos do desenvolvimento sustentável para o terceiro milênio.

As conseqüências possíveis afetam prioritariamente aqueles que não são responsáveis e os que menos contribuem ao processo de esgotamento além de suas organizações: as populações tradicionais, os índios, os povos das florestas, os camponeses, os extrativistas, os excluídos das megalópoles, os operários e toda a massa subalterna.

Assim vemos, que nestas relações em que se impõe a injustiça ambiental, as prioridades do imperialismo constituem a formação de contingentes para um exército nacional de reserva que trabalhe a construção da idéia de um “capitalismo sustentável” sob a égide de uma cultura desenhada por intelectuais orgânicos e burocratas dos sistemas ambientais. Esta investida não dará solução para a pobreza, a miséria, a fome, a contaminação e a destruição.

O Ecosocialismo com sua base táctica nos conflitos ambientais e na justiça ambiental surge assim como uma ponte teórica do processo revolucionário.

Contradições e Crise Sócioambiental

Por Carlos Pitagibe - ITPA

Socialismo ou barbárie, essa velha constatação tem hoje um outro sentido: o socialismo é o projeto de um outro mundo que enfrenta a barbárie de uma civilização assentada no desenvolvimento poderoso das forças produtivas em nome de relações de produção, de apropriação e de distribuição mais retrógradas e exclusivistas. Nesse processo, crescem novas contradições, ganham nova dimensão as contradições fundadoras deste modo de produção e de expropriação de todos por alguns. A pauperização dos países dependentes a ofensiva capitalista na América Latina, Leste Europeu, Ásia, Oriente Médio, África, e o ataque as conquistas da classe operária e das massas populares dos países capitalistas avançados, representam um programa de recomposição da economia e da sociedade capitalista. Duzentos anos da sua vitória, o capitalismo é ainda o principal obstáculo ao desenvolvimento humano da humanidade.

Uma profunda crise social, agravada pela DRAMÁTICA CRISE ECOLÓGICA domina a nossa atualidade. Para os dirigentes dos países capitalistas avançados, respostas a esta crise continua a ser, como anteriormente, acentuar a distância entre as escolhas individuais em que se baseia o poder e as necessidades coletivas da humanidade. Assim, ainda hoje morrem anualmente cerca de 16 milhões de crianças de fome, doenças curáveis ou simples maus tratos, situações para as quais se poderia obter facilmente solução. Cada 5 anos, esta catástrofe iguala em vítimas a da 2ª Guerra Mundial, que provocou 80 milhões de mortos, embora menos do que as vítimas da colonização da América Latina e África, o ato inaugural da mundialização capitalista. O conflito militar e não só a desigualdade de distribuição de direito a vida, tem estado presente todos os anos desde 1945, desde o fim da última guerra mundial, houve mais de

80 guerras. A morte é paralela a pobreza extrema, cerca de metade da população dos países mais pobres vive atualmente com somente 1.700 calorias diárias, a pobreza instala-se mesmo até no coração das metrópoles imperialistas, onde entre 10% e 33% da população é afetada por rendimentos abaixo do limiar da pobreza, por empregos precários ou desemprego estrutural.

As contradições do nosso tempo são as de uma civilização que nasceu e se desenvolveu na base da exclusão e da exploração: O CAPITALISMO.

Em alguns países o Estado continua a praticar várias formas de tortura e perseguição a lideranças do movimento social, seu terrorismo continua a ser uma arma de dominação, e o Estado é assim uma imagem de espelho da violência de grupos que participam da dominação social. Em alternativa, cresce a influência da social-democracia, como política adaptada as exigências de alternância entre os partidos pelo sistema eleitoral e de "estabilização do regime". A social-democracia do fim de século continua a ser um instrumento da burguesia para controlar os movimentos populares e para garantir a sua expropriação política, mas é igualmente visto por setores de massas como uma possibilidade de obter ou defender conquistas parciais ligadas ao Estado providência (populista) ou a limitação dos excessos dos governos de direita. A social-democracia, assimilada ao sistema capitalista é uma parte integrante e fundamental da crise de perspectivas do movimento operário e popular.

A expressão ideológica deste processo, agravado pela crise de direção do movimento operário, pela desagregação do sistema Estalinista e pela incapacidade da social-democracia em se constituir em crítica ao sistema capitalista, é uma desconfiança generalizada nas possibilidades de uma solução racional e mobilizadora dos recursos humanos, é o desenvolvimento de correntes irracionais de fervores

religiosos e integrisimo de diverso tipo, submetendo os direitos do homem e da mulher a restrições e agressões sistemáticas em nome de particularismos, sejam eles a lógica do lucro, o racismo ou outras formas de Darwinismo social.

O irracionalismo, a agressividade militarista e exterminista, o reforço das tecnologias de dominação não sujeitas a qualquer tipo de controle público, o esvaziamento e artificialismo dos mecanismos de consulta popular, a extensão dos aparelhos do Estado a novas funções, eis algumas das características dominantes dos nossos tempos, e que abrem espaço aos movimentos não contemporâneos, o racismo, o anti-semitismo, o terrorismo étnico, os nacionalismos imperiais, o sexismo e a agressividade contra as mulheres ou a violência contra qualquer manifestação do direito à diferença.

Em alternativa, o socialismo, como combate das classes oprimidas e dos trabalhadores explorados, é a fundação democrática da esperança e da construção de um outro lugar, o espaço geográfico da livre associação dos produtores, onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos, segundo as palavras de K.Marx, e é portanto a ambição da destruição da barbárie reacionária e capitalista. Neste contexto, a tomada de consciência do preço civilizatório do sistema capitalista e da industrialização burocrática, a descoberta dos riscos planetários e da gravidade (por vezes já sem retorno possível) da

destruição ambiental e dos ataques contra a natureza, opõe-se conscientemente, mas ainda de forma ineficaz, a este acelerado curso para o desastre. Enquanto perdurar a apropriação privada do trabalho e também da natureza e dos seus recursos, enquanto a produção for decidida pelo lucro privado e não pelas necessidades coletivas(que incluem uma relação equilibrada com a natureza), enquanto o capitalismo dominar o planeta, este continuará em risco. Só o socialismo pode estabelecer a viabilidade ecológica do HOMO SAPIENS SAPIENS.

O socialismo, como princípio esperança, como projeto de desinstitucionalização da relação política, como fundamento de uma sociedade em que a democracia social se torne a principal força produtiva, abolindo as fronteiras entre a produção e distribuição, a necessidade e a liberdade, a política e a ética, o individual e o coletivo, é o programa para essa ruptura anti-capitalista, a revolução social, que ainda busca os caminhos para sairmos da pré-história da humanidade.

O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE INSUSTENTÁVEL

Gustavo F. da Costa Lima (1)

(Revista Eletrônica "Política e Trabalho"- Setembro 1997 / p. 201-202)

"A diminuição da miséria mental dos desenvolvidos permitiria rapidamente, em nossa era científica, resolver o problema da miséria material dos subdesenvolvidos. Mas é justamente desse subdesenvolvimento mental que não conseguimos sair, é dele que não temos consciência".

Edgar Morin

1. Introdução

Este trabalho expõe o produto de uma pesquisa exploratória, realizada a partir de dados secundários - livros e artigos científicos- publicados sobre a questão ambiental. Mais especificamente, sistematiza e problematiza o debate recente sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, se detendo sobre tópicos como: os fundamentos críticos ao modelo de desenvolvimento econômico dominante no mundo ocidental e difundido para o terceiro mundo no pós segunda guerra; a construção do conceito de desenvolvimento sustentável; as principais interpretações da crise sócio-ambiental dentro do pensamento ambientalista mundial e sobre avaliações dos avanços, limites e dilemas da nova concepção de desenvolvimento. O objetivo central da pesquisa consistiu em resgatar a discussão crítica sobre a questão ambiental recente, de forma a contribuir na compreensão da crise que se interpõe nas relações entre a sociedade humana e a natureza, que se reveste de singular complexidade e lança ameaças ao destino da espécie, no longo prazo, caso não se formulem respostas adequadas aos desafios colocados

2. A crítica do desenvolvimento econômico

A década de 70 figura como um marco de emergência de questionamentos e manifestações ecológicas, à nível mundial, que defendem a inclusão dos problemas ambientais na agenda do desenvolvimento das nações e das relações internacionais como um todo. Tais preocupações refletem a percepção de um conflito crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico, de base industrial, e o volume de efeitos desagregadores sobre os ecossistemas naturais. O conjunto de impactos ambientais, até então percebidos como resíduos inevitáveis do progresso e da expansão capitalista, passam a assumir uma nova dimensão, e a despertar atenção, interesse e novas leituras.

A intensificação de problemas sócio-ambientais como: os processos de urbanização acelerada; o crescimento e a desigual distribuição demográfica; a expansão descontrolada do uso de energia nuclear, com finalidades bélicas ou pacíficas; o consumo excessivo de recursos não-renováveis; os fenômenos crescentes de perda e desertificação do solo; a contaminação tóxica dos recursos naturais; o desflorestamento; a redução da biodiversidade e da diversidade cultural; a geração do efeito estufa e a redução da camada de ozônio e suas implicações sobre o equilíbrio climático, têm impactado a opinião pública mundial e atraído atenção para uma realidade, até então pouco observada. Mais recentemente, os analistas da problemática ambiental têm reconhecido que pobreza e ecologia são realidades interdependentes, que precisam ser compreendidas e abordadas de forma integrada, na busca de um equacionamento mais adequado. Isto porque, se a degradação ambiental agrava as condições de vida dos mais pobres, a pobreza destes conduz a uma exploração predatória dos recursos naturais, fechando um ciclo perverso de prejuízos sócio-ambientais. (Sachs, 1986)

De fato, a multiplicação de problemas sócio-ambientais tem contribuído para a emergência e difusão de uma consciência ecológica, assim como para um questionamento da atual forma de relacionamento entre

sociedade e natureza e da desintegração dos conhecimentos da economia, da ecologia, da sociologia e da biologia, no sentido de uma aproximação das ciências naturais e sociais. Esse despertar de uma nova consciência ecológica, entretanto, apesar de sua importância, ainda não se refletiu em mudanças significativas nos rumos das políticas governamentais e dos estilos de vida individuais. É natural, que o nível de preocupação e de iniciativas visando a superação dos problemas ambientais, seja mais intenso nas regiões onde o problema é mais presente. Assim, as necessidades mais prementes dos países industrializados, aliado aos mais altos níveis de informação de suas populações têm contribuído para o crescimento da consciência ambiental nestes países. No caso dos países do terceiro mundo, outros fatores fazem com que essa consciência seja menos presente, intensa e organizada. Contudo, de formas mais ou menos articuladas e aceleradas, a consciência ecológica cresce e se materializa em movimentos sociais, no seio da opinião pública, em iniciativas científicas, nos meios de comunicação, nas políticas governamentais, nos organismos internacionais e nas atividades empresariais, entre outros. Viola e Leis analisam detidamente a evolução recente do movimento ambientalista global, e sobretudo do ambientalismo brasileiro. Constatam que o movimento iniciado, no início da década de 70, a partir de minorias de estudiosos e militantes ambientalistas, organizados em torno da denúncia de agressões e da defesa dos ecossistemas, vai gradualmente se ampliando, conquistando novos espaços até ganhar a feição multissetorial que hoje o caracteriza. Do ponto de vista das preocupações e temáticas orientadoras do movimento, amplia-se o foco de atenção para incluir questões como a ecologia política, a questão demográfica, a relação entre pobreza e ecologia, a questão técnico-científica, a questão ética, as relações norte-sul e a busca de um novo modelo de desenvolvimento. (Viola & Leis, 1991). O perfil multissetorial assumido pelo ambientalismo, não significa uniformidade de posições, apenas indica uma pluralidade crescente de setores sociais que reconhecem a legitimidade da questão ambiental e a

necessidade de incluí-la, como variável indispensável, no planejamento do desenvolvimento nacional e mundial..

Embora um pensamento crítico dirigido à sociedade urbano-industrial e a seus impactos sócio-ambientais remonte aos séculos 18 e 19, as críticas de ontem e de hoje têm significados diversos. O abundante estoque de recursos naturais disponível, nos primórdios da revolução industrial, e a larga capacidade de absorver e reciclar os resíduos da produção, afastava qualquer possibilidade de crise. Por outro lado, o ritmo e o volume da produção mundial, o tamanho da população e seu estilo de vida e consumo não representava um problema a ser considerado. As críticas de hoje, por sua vez, surgem num contexto onde os problemas já são evidentes, modificam a qualidade de vida de milhões de pessoas, assumem uma escala planetária e permitem antever situações de alta gravidade e irreversibilidade a longo prazo, caso não se tomem providências efetivas. Um dos focos privilegiados da crítica ao modelo de desenvolvimento econômico dominante é a contradição existente entre uma proposta de desenvolvimento ilimitado a partir de uma base de recursos finita. Esta contradição básica tem sido analisada de diversas perspectivas, todas elas evidenciando a insustentabilidade da proposta à longo prazo. A disponibilidade limitada de matérias-primas, a velocidade de reprodução dos recursos renováveis e a capacidade de absorver os detritos do sistema industrial são insuficientes para acompanhar o ritmo de crescimento acelerado, por um longo tempo. Mais cedo ou mais tarde, tal situação conduziria a um colapso ecológico. (Lago & Pádua, 1992). Buarque aborda o mesmo problema pelo ponto de vista das limitações da ciência econômica que, segundo ele, não considera em sua análise dimensões sociais e ecológicas da realidade. Adverte para os prejuízos do economicismo, com sua tendência a reduzir a complexidade do real e a fragmentar a globalidade dos fatos. Aponta, também, para outras limitações das análises econômicas que se expressam, por exemplo, na perspectiva imediatista, e de curto prazo, incompatíveis com o longo prazo das mudanças e ciclos naturais, e no divórcio entre técnica e ética que caracteriza certa economia subordinada a racionalidade do capital. (Buarque, 1990). Georgescu Roegen, por seu turno, interpreta os limites do crescimento econômico por uma perspectiva biofísica, introduzindo princípios da teoria da entropia, para demonstrar a total impossibilidade de um desenvolvimento exponencial a partir de uma base de recursos escassos. Contribui assim, de forma inovadora para o debate econômico e ecológico ao propor a

consideração da natureza no cálculo econômico, ou melhor, para sugerir que o sistema econômico, apesar de sua aparente autonomia, não passa de mero subsistema do ecossistema biofísico, do qual depende como fonte supridora de recursos e como meio onde deposita os resíduos finais das atividades de produção e consumo. (Roegen, 1971).

Um outro foco de crítica relevante, dirigida ao modelo de desenvolvimento do capitalismo industrial, diz respeito a algumas de suas características intrínsecas e constitutivas. São elas: a orientação segundo princípios do mercado; a busca da lucratividade, produtividade e competitividade máximas. Tais características, centrais ao processo de reprodução e expansão do capital tem impactos diretos sobre a qualidade do desenvolvimento sócio-ambiental. O sistema de mercado não existe para satisfazer as necessidades das pessoas mas sim para atender aos desejos dos consumidores e a lucratividade dos produtores. Por consequência, o resultado dessa equação não poderia ser outro senão a divisão da sociedade em zonas de inclusão e de exclusão social, num processo crescente de desigualdade social. Conforme veremos adiante, são igualmente adversos os impactos da racionalidade capitalista sobre os ecossistemas naturais. No tocante ao problema da desigualdade econômico-social, dados da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL (que definem como pobres as famílias com renda inferior ao dobro do custo da cesta básica), no início da década de 1980, mostram que a população em situação de pobreza na América Latina alcançava 41% do total, porcentagem que subiu para 43% em 1986. Revelam ainda que do aumento no volume da população pobre (34.3 milhões) 55% (19 milhões) correspondem a pessoas em estado de miséria, cuja renda não atinge sequer os custos da cesta básica. (CIMA, 1991). Outros dados, do Relatório do Banco Mundial de 1990, veiculados por Cavalcanti, revelam que neste ano 1.116.000.000 (um bilhão e cento e dezesseis milhões) de pessoas viviam com menos de um dólar por dia, o que contabiliza o total de no máximo 30 dólares mensais. (Cavalcanti, 1996). Esses dados revelam uma das facetas da aplicação de receitas desenvolvimentistas no terceiro mundo. Já nos referimos acima à conexão cíclica dos fenômenos da pobreza e da degradação ambiental, que evidenciam as desvantagens de um crescimento apoiado na

desigualdade social. Assim, se os pobres são compelidos a destruir, no curto prazo, os recursos dos quais dependem para subsistir no longo prazo, os ricos tendem a desperdiçar recursos, através de um consumo ostentatório, que em geral afeta desfavoravelmente os mais pobres. (Sachs, 1986). Esse modelo de modernização conservadora, caracterizado por um crescimento econômico não distributivo também tem resultados políticos nocivos, na medida em que fragiliza a democracia e os processos de participação política e cria condições propícias às formas autoritárias de governo, já que as propostas verdadeiramente democráticas dificilmente se sustentam sobre padrões de distribuição de renda muito desiguais. A experiência terceiro mundista, em geral, e latino americana, em particular, tem evidenciado os elos entre a desigualdade econômica a instabilidade política e as saídas autoritárias tão frequentes em nossa história.

Na análise das relações entre desenvolvimento e meio ambiente, merece consideração a forma diferenciada como a degradação atinge os países ricos do norte e pobres do sul. Em primeiro lugar, o norte sofre efeitos de uma poluição da riqueza: usinas nucleares, chuvas ácidas, consumo suntuário, dificuldade em dar destino ao lixo, doenças provocadas por excesso de alimentos, álcool, drogas e medicamentos. No sul, concentra-se a poluição da miséria: subnutrição, falta de água potável e esgotos, lixões a céu aberto, falta de atenção médica e medicamentos, consumo de álcool e drogas. Some-se a isso a exportação de indústrias sujas no sentido norte-sul, como as químicas, petroquímicas e de celulose, e as intensivas em energia como as de alumínio. Agrava, sobretudo, esse quadro a situação de dependência e subordinação determinada pela gigantesca dívida externa dos países do sul, que os obriga a um esforço desmedido de exportação para pagar os elevados juros da dívida, em detrimento da degradação descontrolada de seus recursos e patrimônio natural. (Viola & Leis, 1991).

Críticas consistentes também apontam para o caráter imitativo e inadaptado das fórmulas de desenvolvimento transferidas desde os países industrializados, durante todo esse período. Numerosos estudiosos têm chamado atenção para esse problema de consequências tão abrangentes quanto danosas para os países hospedeiros. (Sachs, 1986; Buarque, 1990; Morin & Kern, 1995; Rattner, 1980; Correia de Andrade, 1993). Sachs, em especial, em sua reflexão sobre o desenvolvimento econômico e social e sobre o Ecodesenvolvimento, enfatiza, repetidamente, o crescimento imitativo ou mimético como um dos principais erros a evitar na construção de uma nova concepção de desenvolvimento.

Para ele, o crescimento mimético é um dos sinais que distinguem o desenvolvimento do maldesenvolvimento. A tentativa de reproduzir o caminho histórico dos países industrializados acarreta custos sociais e ambientais excessivamente elevados. Embora evitando xenofobismos, salienta como efeitos nocivos da imitação apressada: o aprofundamento da desigualdade social, a dependência cultural e os danos ambientais - decorrentes de transferências não seletivas de tecnologias concebidas em outros contextos - como males estruturais de onde outros se desdobram. (Sachs, 1986).

Outra referência indispensável, na análise crítica do modelo de desenvolvimento de base industrial, encontra-se no trabalho "O Mito do Desenvolvimento Econômico" de Furtado. Nele demonstra as falácias da idéia de desenvolvimento econômico e da impossibilidade de sua universalização como pretendiam seus ideólogos. Furtado desmistifica a doutrina do desenvolvimento que prega que os povos pobres têm a possibilidade de atingir os padrões de vida dos povos ricos, desde que sigam o exemplo e as recomendações dos países industrializados. O autor mostra ser essa uma meta irrealizável, já que os custos para tanto, em termos de depredação do mundo físico, seriam tão elevados, que toda tentativa de generalizá-la levaria ao colapso civilizatório, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. A conclusão a que chega é de que "essa idéia (desenvolvimento) tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo. Cabe, portanto afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito". (Furtado, 1996).

Colocados, assim, os principais argumentos críticos ao modelo de desenvolvimento econômico industrial, passaremos à análise das diferentes correntes de pensamento referentes à questão sócio-ambiental e de suas propostas para a abordagem do problema.

2.1 Diferentes tendências no pensamento ambiental.

Conforme indicamos acima é cada dia maior o número de pessoas, grupos e instituições a reconhecer a legitimidade da questão ambiental e a defender sua inclusão na agenda dos assuntos socialmente prioritários. No entanto, se algum consenso já existe sobre pontos elementares, o mesmo não pode-se afirmar sobre as interpretações concernentes à origem e possíveis respostas ao problema. Apesar do risco de simplificação inerente aos processos de classificação, tentar-se-á apresentar uma diferenciação das perspectivas básicas predominantes no pensamento ambientalista. Seguindo a sistematização proposta por Leis, podemos classificar as correntes principais a partir da combinação de dois eixos básicos. O primeiro formado pelo binômio homem-natureza que define as categorias centrais do antropocentrismo e do biocentrismo. O segundo eixo constituído pelo princípio igualitário-hierárquico que define posições mais individualistas ou coletivistas. (Leis, 1995). Tem-se, assim, quatro categorias básicas que podem, eventualmente, se ramificar, ampliando o número de variações possíveis. O antropocentrismo pode ser resumido como a tendência ético-filosófica que percebe o ser humano como centro e senhor da existência, num sentido em que todo o resto dos seres e processos orgânicos e inorgânicos adquirem valor comparativamente ao homem e à utilidade que possam lhe proporcionar. O biocentrismo, contrariamente, nega o antropocentrismo e defende uma relação igualitária entre os seres e um valor intrínseco à natureza, desvinculado de conotações utilitárias. Assim, segundo a classificação, teríamos, em primeiro lugar, a posição ecocapitalista que se caracteriza por reunir princípios antropocêntricos e individualistas. Representa a posição econômica e politicamente dominante dentro do ambientalismo global. Reconhece a questão ambiental como um subproduto indesejável do progresso, mas perfeitamente ajustável dentro da ordem capitalista e que dispensa quaisquer mudanças mais profundas. Sinteticamente, alguns ajustes demográficos e tecnológicos seriam suficientes para superar o problema. Compreende o enfoque de mercado, que julga o livre jogo entre produtores e consumidores capaz de avançar na direção de uma sociedade sustentável. Caracteriza-se

também, por ser realista, sem influências utópicas, e por um egoísmo excludente próprio ao neoliberalismo. Merece, também destaque, como uma variante da categoria anterior, o tecnocentrismo, ou ecotecnicismo, espécie de ambientalismo otimista e acomodado que acredita na superação da crise ambiental através do desenvolvimento científico-tecnológico. Essa tendência tem sido bastante criticada por seu reducionismo, que dissolve toda a complexidade da questão ambiental a aspectos meramente técnicos. (Herculano, 1992)

A segunda posição, mais próxima à ecologia social, reúne características antropocêntricas e coletivistas. São críticos do "status quo" e pensam que os grandes responsáveis pela crise ambiental são o capitalismo industrial e elementos dele decorrentes, ou mesmo inerentes, como a desigualdade social e política, a razão instrumental, a ética individualista e o gigantismo das soluções econômicas e tecnológicas. Defendem, portanto, mudanças político-institucionais e éticas de conteúdos utópicos e anarquistas, de crítica ao Estado e às formas de gestão centralizadoras. São favoráveis a uma sociedade democrática, descentralizada e a princípios de propriedade comunal. Seus principais mentores são Murray Bookchin, Felix Guattari, Rudolf Bahro e Jonathan Porritt entre outros.

Diferente da ecologia social, de tendências anarquistas, o ecossocialismo também se orienta por princípios antropocêntricos e comunitários e forma uma tendência diferenciada, embora dividam o mesmo tronco comum. Com presença marcante no debate ambiental, os ecossocialistas ou ecomarxistas centram sua crítica e a essência de seu diagnóstico da crise ambiental na racionalidade capitalista e em seus pilares de sustentação como: o processo de acumulação crescente de capital, a exploração do trabalho e a mais-valia, na alienação do trabalho, na maximização do lucro e no consumismo exacerbado, que julgam incompatíveis com a lógica ecológica. Assim, se assemelham aos anarquistas na crítica ao capitalismo e se diferenciam por defenderem o socialismo e por verem nele as grandes respostas aos problemas sócio-ambientais. Marcuse, um de seus representantes, expressa a incompatibilidade entre o capitalismo e ecologia ao afirmar: "a lógica ecológica é a negação pura e

simples da lógica capitalista; não se pode salvar a terra dentro do quadro do capitalismo. Não se trata de converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos, as fábricas, não se trata de purificar a sociedade existente mas de a substituir". (Herculano, 1992). Entre os diversos autores que defendem posições ecossocialistas encontram-se além de Marcuse, Goldsmith, Michel Bosquet, André Gorz e Moscovici, entre outros.

A posição seguinte refere-se aos ecocêntricos, ou biocêntricos de tendência individualista. Para os representantes desta tendência a natureza tem valor intrínseco independentemente da utilidade que tenha para o homem. Defendem a igualdade de todas as espécies, dentro da comunidade biótica e uma nova ética que substitua os valores antropocêntricos. Dispensam pouca atenção às questões sociais e políticas, sendo mais tendentes a uma visão espiritualista, onde a natureza assume uma importância central. Também conhecidos como fundamentalistas, deep ecology (ecologia profunda) pelo radicalismo de suas posições e pelo combate a outras correntes ambientalistas que consideram superficiais. Ressalte-se que dentro desta categoria do biocentrismo, subsistem gradações que variam desde matizes suaves do conservacionismo, até posturas mais extremistas, como é o caso dos fundamentalistas. Entre os representantes mais conhecidos desta tendência destacam-se : James Lovelock, Arne Naess, Warwick Fox e Aldo Leopold entre outros.

A quarta categoria básica articula características biocêntricas com preocupações comunitárias. Nesse sentido, concorda com a categoria anterior na crítica ao antropocentrismo, mas expressa preocupações sociais, políticas e com os problemas do terceiro mundo. Têm também forte inclinação espiritualista e questionamentos ético-filosóficos, inclusive diferenciando-se das categorias anteriores, por mostrar-se insatisfeita com as explicações e respostas científicas, e por procurar um novo paradigma que integre ciência e religião; razão e emoção; materialidade e espiritualidade. Neste sentido, coloca-se na contramão do paradigma técnico-científico e reivindica o caráter sagrado de todos os seres, assim como a

preservação de indivíduos e ecossistemas. Entre os autores biocêntricos coletivistas perfilam autores como Fritjof Capra, Allan Watts, Leonardo Boff e Nancy Mangabeira Unger.

Merecem ainda referência três categorias adicionais que, apesar de menos expressivas hoje, têm significação histórica e sobrevivência residual no interior das outras categorias mencionadas. São elas o alternativismo, o neomalthusianismo e o zerismo. O alternativismo reúne movimentos pioneiros no ambientalismo, que inclui pacifistas antinucleares, críticos da ciência e do modelo industrial-consumista que vieram desembocar nos movimentos hippies e da contracultura. Os neomalthusianos focalizam sua atenção sobre a questão demográfica, na relação entre crescimento populacional e degradação ambiental e na defesa do controle da natalidade para evitar os problemas ecológicos. Seus expoentes são Garret Hardin e o casal Erlich, que chegaram inclusive a sugerir que o terceiro mundo é muito prolífico e, portanto, responsável pelos grandes problemas ecológicos. Discutem, nessa direção, a proposta de suspender qualquer política de ajuda aos países pobres e o congelamento do crescimento populacional como única forma de enfrentar a questão sócio-ambiental. Os zeristas, como os neomalthusianos, seguem as previsões catastróficas dos estudos promovidos pelo Clube de Roma, que colocam os limites do crescimento econômico e propõe o crescimento zero como forma de evitar o colapso ecológico.

Os resultados insatisfatórios, colhidos das experiências práticas e das construções teóricas de desenvolvimento econômico, permitiu, através de sucessivas avaliações, o surgimento de novas propostas, que findaram convergindo para a concepção de desenvolvimento sustentável, a qual abordaremos a seguir.

3. A construção do conceito de desenvolvimento sustentável

Analisar a construção e emergência do conceito de desenvolvimento sustentável é compreender os processos objetivos e subjetivos que levaram à consciência do esgotamento do modelo de desenvolvimento, experimentado nas últimas décadas, e da necessidade de uma nova concepção.

Conforme mencionamos acima, a multiplicação de acidentes e problemas ambientais e a ação do movimento ecológico, sobretudo a partir da década de 1970, compõem uma força crítica aos modelos de desenvolvimento industrial, tanto capitalista, quanto socialista, e despertam uma nova consciência, atenta à dimensão ambiental da realidade. Na verdade, a crítica ecológica vem reforçar o coro dos analistas políticos e econômicos e dos críticos da cultura, que já denunciavam as falácias do progresso, suas irracionalidades e promessas descumpridas, seja nos países industrializados, quanto nos países do dito terceiro mundo. Os reclamos da sociedade civil organizada, foi paulatinamente pressionando a incorporação da questão ambiental aos programas de governo nacionais, ao sistema político-partidário e à agenda dos organismos internacionais. A Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, promovida pelas Nações Unidas - ONU, em 1972 na Suécia, é um marco histórico-político de uma série de iniciativas e eventos nacionais e internacionais que passam a dar um novo tratamento aos temas ambientais. É do mesmo ano a polêmica publicação "Os Limites do Crescimento", também conhecido como Relatório Meadows, um estudo realizado por um conjunto de técnicos e cientistas do Massachusetts Institute of Technology-MIT, por encomenda do Clube de Roma. Este documento avaliou as condições da degradação ambiental planetária e estabeleceu previsões para o futuro. Os resultados publicados foram pessimistas e apontavam para duas possibilidades: ou a mudança dos padrões de crescimento econômico ou o colapso ecológico dentro dos próximos cem anos. O debate que se seguiu a perspectivas tão catastróficas polarizou-se entre os zeristas, que propunham um nível de crescimento zero como única saída para evitar a catástrofe iminente, e aqueles que não confiavam em tais previsões e acreditavam no potencial da ciência e da técnica como saída do impasse. Na esteira da Conferência de Estocolmo registram-se a criação do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e de diversos outros programas com preocupação ecológica.

A Conferência de Estocolmo reflete a preocupação, sobretudo do mundo desenvolvido com a vulnerabilidade dos ecossistemas naturais. Sua ênfase estava nos aspectos técnicos da contaminação provocada pela industrialização acelerada, pela explosão demográfica e pela expansão do crescimento urbano (Guimarães, 1991). Pode-se afirmar que o tom predominante foi a polêmica entre países ricos e países pobres. Em verdade, a agenda da Conferência ressaltava temas e objetivos de interesse dos países industrializados, e o Brasil foi um dos países a liderar uma resistência de terceiro-mundistas, sob o argumento de que precisamos de desenvolvimento e não de controle ambiental, e de que se a poluição é inevitável, que venha a poluição. Chamavam a atenção para o fato de os desenvolvidos proporem controle ao crescimento econômico após terem atingido altos níveis de crescimento e de degradação de seus próprios recursos. Diziam que os ricos queriam manipular o crescimento dos pobres com argumentos ecológicos. Apesar dos conflitos, a Conferência teve repercussões mundiais, desencadeando outras conferências internacionais, a criação de diversas agências internacionais voltadas para o assunto, de órgãos ou ministérios ambientais em muitos países, de milhares de organizações não-governamentais e a organização de partidos verdes em numerosos países.

Já em 1973 o conceito de ecodesenvolvimento é usado pela primeira vez para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento. O prof. Ignacy Sachs é um dos principais responsáveis pela formulação dos princípios básicos dessa nova perspectiva de desenvolvimento. Esses princípios podem ser sintetizados como: a) a satisfação das necessidades básicas da população; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação (BRUSEKE, 1995). O conceito enfatiza ainda sua oposição aos modelos de crescimento imitativos, à importação de tecnologias inadequadas

e a promoção da autonomia das populações envolvidas, de forma a superar a dependência cultural à referências externas. Caracteriza-se, enfim, como uma estratégia multidimensional e articulada de dinamização econômica, sensível à degradação ambiental e à marginalização social, cultural e política das populações consideradas. (Vieira, 1995).

A Declaração de Cocoyoc, em 1974, é outro documento marcante no debate sobre desenvolvimento e meio ambiente. Foi o resultado de uma reunião do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas - UNEP e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD. Na reunião, se avançou sobre o modelo sugerido por Sachs, trazendo à discussão a conexão existente entre explosão populacional, pobreza, degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos com esses problemas, devido a seu elevado nível de consumo, desperdício e poluição.

Em 1975, o Relatório Que Faire, apresentado pela Fundação Dag - Hammarskjöld com participação de pesquisadores e políticos de 48 países e contribuições da UNEP e outras 13 organizações da ONU, reforça os argumentos de Cocoyoc. Nele, apresentam-se críticas contundentes ao abuso de poder dos desenvolvidos, ao excesso de interferência desses países nos destinos dos países do terceiro mundo e às graves consequências ambientais, daí resultantes. Depositam esperanças em estratégias de desenvolvimento baseados na autoconfiança (self-reliance) e autonomia dos países pobres. Devido a seu caráter radical, sofre resistências e rejeição por parte de governos, cientistas e políticos conservadores .

Em 1983, a Assembléia Geral das Nações Unidas cria a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED, que tem como Presidente a então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland . A comissão tinha por objetivo reexaminar os principais problemas do meio ambiente e do desenvolvimento, em âmbito mundial, e formular propostas realistas para solucioná-los. Em abril de 1987, a comissão apresenta o relatório Nosso Futuro Comum (Our Common Future). O relatório parte do pressuposto da possibilidade e da necessidade de conciliar crescimento econômico e conservação ambiental e divulga o conceito de desenvolvimento sustentável e um conjunto de premissas que desde então tem orientado os

debates sobre desenvolvimento e questão ambiental. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas. O relatório Brundtland inova no sentido em que recusa tratar exclusivamente dos problemas ambientais, optando por uma perspectiva relacional centrada nas interrelações entre estilos de desenvolvimento e seus impactos sobre a natureza. O discurso se orienta no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento e da necessidade de tratá-lo de uma perspectiva multidimensional que articula os aspectos econômicos, políticos, éticos, sociais, culturais e ecológicos, evitando os reducionismos do passado. Com próximas influências do ecodesenvolvimento, apresenta uma filosofia de desenvolvimento que combina eficiência econômica com prudência ecológica e justiça social. Este relatório também chama atenção para a importância da cooperação internacional e do multilateralismo no enfrentamento dos desafios de final de século. Enfatiza ainda que os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável se encontram diretamente relacionados com os problemas da pobreza, da satisfação das necessidades básicas, de alimentação, saúde e habitação e de uma matriz energética que privilegie as fontes renováveis no processo de inovação tecnológica. (Guimarães, 1991).

Percebe-se, do exposto, que as propostas elaboradas na Conferência de Estocolmo em 1972 e as produzidas com vistas a Conferência do Rio em 1992, e adiantadas pelo Relatório Brundtland tem teores bastante diversos. Se em 1972 a ênfase recaía na busca por soluções técnicas para os problemas da degradação ambiental , a Conferência de 1992 focaliza a relação entre desenvolvimento e ecologia e aborda problemas planetários, procurando integrar interesses multilaterais , pelo menos em intenção.

Na seção seguinte, tentar-se-á avaliar as principais críticas e dilemas do desenvolvimento sustentável, procurando apresentar seus avanços, limites e contradições.

4. A crítica e os dilemas do desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável, lançado pelo Relatório Brundtland, em 1987 tem, desde então, ocupado posição de destaque no debate recente sobre a questão ambiental em sua relação com o desenvolvimento econômico-social. Apesar de sua forte penetração social, sobressaem seu caráter polêmico e ambíguo, marcado por múltiplas interpretações e consensos apenas pontuais. A literatura que avalia seu significado e impacto social destaca suas positivities, suas contradições e os dilemas de sua incompletude, de seu caráter inacabado e dos obstáculos existentes à sua evolução e consolidação como real alternativa de desenvolvimento social.

As análises que acentuam suas qualidades positivas destacam: seu caráter inovador, como nova filosofia de desenvolvimento econômico, que substitui e supera um paradigma limitado, esgotado e ineficaz. O novo conceito incorpora também uma perspectiva multidimensional que a um só tempo articula economia, ecologia e política numa visão integrada e supera abordagens unilaterais e explicações reducionistas e simplificadoras do problema. Percebe-se, também, como pontos positivos: a visão de longo prazo, sintonizada com os ciclos biofísicos e com as gerações futuras; e o tratamento político do problema ecológico que substitui a visão meramente técnica, antes predominante. O conceito de sustentabilidade inova também ao valorizar os problemas das relações norte-sul, e sobretudo as especificidades dos países pobres, quando relaciona pobreza, riqueza e degradação, quando atenta para as implicações adversas da dívida externa no contexto sócio-ambiental desses países, inclusive reconhecendo a desigualdade norte-sul e a maior responsabilidade relativa dos países do norte na construção de um desenvolvimento sustentável. Registra, ainda, a maior predação relativa dos nortistas e os prejuízos que o seu crescimento trouxe para os países do sul.

No plano do conhecimento científico, a proposta sugere a preferência por abordagens multidisciplinares, com uma aproximação necessária entre as ciências naturais e sociais.

Os analistas menos radicais elogiam seu posicionamento político realista e diplomático, que rejeita extremismos ou quaisquer outras atitudes que possam prejudicar seu tom conciliatório. Consideram, inclusive, que a construção da proposta de desenvolvimento sustentável teve o mérito de introduzir a temática ambiental nos debates sobre política econômica e relações internacionais, e um reconhecimento que o assunto nunca teve em vinte anos de esforços e mobilizações. (Viola, 1995; Vieira, 1995; Brüseke, 1995).

Do ponto de vista daqueles que criticam o conceito, a ênfase recai sobre suas ambiguidades e contradições, e são muitas as vulnerabilidades apontadas. Pode-se afirmar, para fins de síntese, que os principais ataques à proposta se ramificam em torno de algumas perguntas essenciais como: a) é realmente possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental, no contexto de uma economia capitalista de mercado? (ver socialismo adiante); b) Não é o desenvolvimento sustentável apenas uma nova roupagem para uma proposta já superada? (e neste caso se trataria de mudar na aparência para conservar na essência); c) em não havendo consenso sobre o que é desenvolvimento sustentável e sobre como atingi-lo, qual interpretação será privilegiada, a visão estatista, de mercado ou da sociedade civil?; como atingir eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social em uma realidade mundo extremamente desigual, injusta, e degradada? como passar da retórica à ação? Estão os países desenvolvidos e as elites das nações subdesenvolvidas dispostas à mudanças e sacrifícios? Podemos apenas especular sobre estas questões, não respondê-las.

Como esclarecimento, é necessário colocar que quando nos referimos aos problemas ambientais das sociedades e economias capitalistas não queremos sugerir que as sociedades socialistas sejam diferentes nesse aspecto. Os estudos ambientais e os próprios meios de comunicação têm demonstrado os resultados ecologicamente negativos do modelo de desenvolvimento socialista, como atestam a destruição de florestas no leste europeu, por chuvas ácidas, o episódio nuclear de Chernobyl e o processo de desertificação e salinização de vastas regiões em torno do mar de Aral. (Lima, 1993). Além disso, após a desintegração recente das experiências do socialismo real, restam os modelos capitalistas.

Assim, importa lembrar, que quando hoje falamos de desenvolvimento sustentável nos referimos ao contexto da sociedade capitalista industrial.

Sequenciando a crítica ao conceito de sustentabilidade, veiculado pelo relatório Brundtland, condena-se sua natureza polissêmica, que ao deixar obscuro seu significado, permite múltiplas leituras, que podem oscilar, desde um significado avançado de desenvolvimento, associado à justiça social, participação política e preservação ecológica, até uma leitura conservadora que o torna semelhante ao conceito de crescimento econômico, ao qual se acrescentou uma variável ecológica. Herculano, por exemplo, explora uma contradição semântica do termo, já que a associação das noções de sustentabilidade e desenvolvimento encerra um antagonismo de difícil solução. Lembra ela, que sustentabilidade é um conceito da ecologia, que significa tendência à estabilidade, equilíbrio dinâmico e interdependência entre ecossistemas, enquanto desenvolvimento diz respeito ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas.

Outro ponto vulnerável à crítica é a tendência economicista do conceito, em sua apresentação, que supervaloriza a dimensão econômica do desenvolvimento em detrimento de aspectos éticos, culturais, sociais e políticos, embora em teoria privilegie uma perspectiva pluridimensional. Os ambientalistas se queixam de que o conceito de desenvolvimento sustentável, de sua autoria, estaria sendo distorcido e reinterpretado como uma estratégia de expansão do mercado e do lucro, quando, na verdade, significa mudanças essenciais na estrutura de produção/consumo, uma nova ética comportamental e o resgate dos interesses sociais coletivos. (Herculano, 1992).

Stahel é outro autor que questiona a possibilidade de uma sustentabilidade no contexto do capitalismo. Argumenta que o novo conceito tem sido difundido sem que se coloque, explicitamente, sua significação no quadro do capitalismo, e que ou ele mostra sua possibilidade de realização, ou cai no vazio, servindo apenas como ideologia legitimadora da insustentabilidade capitalista. Desenvolve uma análise sobre o funcionamento do capitalismo, a partir da noção de entropia, procurando as sintonias entre os ritmos econômico e biofísico. Compara o significado dos tempos biosférico e econômico, observando ser o tempo biosférico circular, orientado pelo princípio da estabilidade, da contínua reciclagem e pelos baixos níveis de entropia, ao passo que, o tempo econômico,

introduzido pelo capitalismo é marcado pela expansão constante, concorrência de mercado, pelas constantes inovações e pela instabilidade. Segundo o autor, a aceleração do tempo, característica da lógica capitalista, rompe com o tempo circular e com a estabilidade biosférica, acelerando os processos de degradação entrópica. Maior produtividade e competitividade representam geração de alta entropia, lixo e poluição crescentes. Nesse descompasso temporal, entre a aceleração do tempo econômico e a incapacidade de adaptação do tempo biosférico está a origem da crise ambiental. Stahel conclui, afirmando que o modelo de desenvolvimento capitalista, visto da ótica da lei da entropia se mostra insustentável e, o discurso da sustentabilidade no contexto de uma economia de mercado, uma ilusão. (Stahel, 1995).

Outro ponto polêmico refere-se à busca da sustentabilidade no âmbito das relações norte-sul. O relatório Brundtland trata da pobreza e da degradação ambiental do sul de maneira rigorosa, enquanto tem maior tolerância com a degradação dos industrializados. As críticas a estes últimos, e à sociedade industrial como um todo são bastante atenuadas se comparadas com os relatórios anteriores. De maneira análoga, define um nível de consumo mínimo para os países pobres, mas se omite na definição de um limite para o consumo máximo. Neste sentido, os padrões de consumo e os estilos de vida dos desenvolvidos são poupados de questionamentos mais profundos, deixando transparecer a crença em ajustes superficiais que dispensam mudanças maiores. Os países do sul, por sua vez, tendem a resistir às propostas de controle populacional e de restrição ao crescimento econômico e à soberania nacional. A globalização da estrutura produtiva tornará inviável a revisão das formas de desenvolvimento e os padrões de produção e consumo pelos países do sul, se tal revisão não ocorrer ao mesmo tempo no centro do sistema econômico mundial, e vice-versa. De fato, percebe-se a impossibilidade de qualquer iniciativa no sentido da sustentabilidade fora dos critérios da cooperação e reciprocidade multinacional. O problema que daí emerge está em como estabelecer uma cooperação satisfatória entre blocos de interesse com forças desiguais.

Schumacher, refletindo sobre o problema norte-sul, constata que boa parte dos estudos de países industrializados defende o desenvolvimento

sustentável para os países do sul, enquanto, segundo ele, são os países do norte que mais precisam dele. Investiga projeções de aumento populacional e de consumo de combustíveis nos dois blocos e conclui que mesmo com o maior crescimento demográfico do sul, o norte continua responsável pela maior parte do dano ambiental. (Almino, 1993).

Herculano também analisa o conceito de desenvolvimento sustentável e o relatório Brundtland e não chega a conclusões muito otimistas. Para a autora o relatório evita referir-se ao desenvolvimento sustentável como expressão do capitalismo liberal. Aponta a pobreza como a principal causa da degradação ambiental, mas não diz que ambos os fenômenos são produtos de um modelo de crescimento que prioriza a expansão do capital e não as necessidades humanas. Identifica a tendência do relatório como um ecocapitalismo, apoiado no avanço tecnológico e capaz de gerar uma industrialização limpa e o controle demográfico do terceiro mundo, vistos como causas primordiais da crise. A analista considera as soluções propostas como paliativos que não atingem as verdadeiras causas do problema. Concorde que o crescimento econômico é necessário mas não suficiente, pois pode-se crescer para elevar produtividade e a lucratividade ou para satisfazer necessidades sociais e éticas. Nesse contexto, quais seriam as prioridades e a amplitude social do desenvolvimento capitalista? (Herculano, 1992).

Importa ainda considerar outro ponto essencial no debate do desenvolvimento sustentável, que se refere à decisão sobre as responsabilidades, estratégias, e métodos para atingir a sustentabilidade do desenvolvimento. O debate se ramifica em três posições básicas, que defendem respectivamente:

a) uma visão estatista - considera que a qualidade ambiental é um bem público que deve ser normatizada, regulada e promovida pelo Estado, com a complementaridade das demais esferas sociais, em plano secundário (o mercado e a sociedade civil).

b) uma visão comunitária - considera que as organizações da sociedade civil devem ter o papel predominante na transição rumo a uma sociedade sustentável. Fundamentam-se na idéia de que não há desenvolvimento sustentável sem democracia e participação social e que a via comunitária é a única que torna isto possível.

c) uma visão de mercado - afirma que os mecanismos de mercado e as relações entre produtores e consumidores são os meios mais eficientes para conduzir e regular a sustentabilidade do desenvolvimento. (VIOLA & LEIS, 1995).

5. Considerações finais

A título de síntese, centraremos a atenção na problematização de alguns desafios presentes e futuros da proposta de desenvolvimento sustentável. É certo que a novidade da proposta tem ainda muito de inacabado, processual e indefinido. Sua evolução, entretanto, exigirá decisões e posicionamentos transparentes que indiquem o seu potencial de superar contradições ainda mal resolvidas.

Os maiores desafios se concentram, de fato, no processo de materialização da sustentabilidade, ou seja, na transformação da filosofia e do discurso em ação e realização. Assim, o sonho de uma sociedade sustentável é não só desejável como necessário e o desafio é torná-lo realidade. Nesse processo encontram-se os verdadeiros obstáculos e aparecem as grandes discordâncias sobre como construir um desenvolvimento multidimensional, que integre justiça social, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade e conhecimento integrador. Como fazê-lo? Haverão, certamente várias maneiras de conceber, tanto o desenvolvimento sustentável, quanto o método para realizá-lo. Qual delas será a hegemônica? E na construção do desenvolvimento, o que é prioritário? A economia, a ecologia, a qualidade da vida humana? Que valores orientarão estas escolhas? Existem ainda mais perguntas que respostas, e o tipo de desenvolvimento que teremos dependerá da qualidade das respostas processadas no jogo social entre o mercado, a sociedade civil e o estado.

Como, por exemplo, conciliar o imediatismo e a ânsia do capital com o longo prazo do tempo biológico e das gerações futuras? Como sintonizar a racionalidade do mercado e da lucratividade máxima com as necessidades sociais e a distribuição de renda? Qual o meio termo entre a ética do individualismo e da solidariedade? Como harmonizar competitividade e produtividade econômicas com qualidade de vida e sanidade ecológica? Como ajustar os interesses econômicos e políticos das grandes empresas, bancos e Estados ricos com o bem-estar coletivo? Como superar a pobreza de 4/5 da humanidade sem reduzir o conforto, o consumo e a riqueza da minoria restante? Reconhece-se a impossibilidade de atingir uma sociedade sustentável sem a participação democrática de sua população nas decisões, implementação e controle do desenvolvimento. Mas como garantir a democracia participativa dentro de realidades tão desiguais?

Ao que parece as respostas a tais perguntas vão depender do nível e da qualidade da consciência pública, de sua percepção da realidade e dos problemas vividos, e de sua capacidade de organização para impulsionar mudanças no sentido de uma sociedade verdadeiramente sustentável. Dependerá igualmente da habilidade dos movimentos sociais, em sentido amplo, em atrair forças, em estabelecer alianças e de liderar um processo que torne a filosofia da sustentabilidade - em seu sentido mais avançado - em uma alternativa real de desenvolvimento social .

Referências Bibliográficas

ALMINO, João. Naturezas Mortas: A filosofia política do ecologismo. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1993.

BARROS, Flavia Lessa de . Ambientalismo, Globalização e Novos Atores Sociais. In: Sociedade e Estado, vol. XI, n. 1, Brasília, Relume - Dumará, 1996.

BENJAMIN, Cesar. Diálogo sobre ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

BERNARDO, Maristela. Impasses Sociais e Políticos em Torno do Meio Ambiente. In: Sociedade e Estado, vol. XI, n. 1, Brasília, Relume - Dumará, 1996.

BOFF, Leonardo. Princípio - Terra: A volta à Terra como Pátria Comum. São Paulo, Ática, 1995.

BRÚSEKE, Franz Josef. Desestruturação e Desenvolvimento. in: Incertezas de Sustentabilidade na Globalização. VIOLA, E. e FERREIRA, L. C. (orgs.) Campinas, Unicamp, 1996.

_____. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável. CAVALCANTI, C. (org.). São Paulo, Cortez, 1995.

BUARQUE, Cristovam. A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1990.

_____. Qualidade de vida: A modernização da utopia. In: Lua Nova, n. 31, São Paulo, CEDEC, 1993.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. CAVALCANTI, C. (org.), São Paulo, Cortez, 1995.

_____. Desenvolvimento e respeito à natureza: uma introdução termodinâmica à economia da sustentabilidade. (datilografado) , Recife, 1995.

CIMA. O desafio do desenvolvimento sustentável. Brasília , Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991.

CORREIA DE ANDRADE, Manoel.. O desafio ecológico: utopia e realidade, São Paulo, Hucitec, 1994.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental, princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1993

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Hucitec, 1996.

FERREIRA, Leila da Costa & FERREIRA, Lucia da Costa. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e a sociedade. In: Dilemas socioambientais e Desenvolvimento sustentável. HOGAN, D. & VIEIRA, P. F. (orgs.) Campinas, Unicamp, 1995.

FERRY, Luc. A nova ordem ecológica: a árvore , o animal e o homem. São Paulo, Ensaio, 1994.

FORUM de ONGS Brasileiras. Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGS e dos movimentos sociais brasileiros. Rio de janeiro, Forum de ONGS, 1992.

FUKS, Mario. Natureza e meio ambiente: a caminho da construção de um consenso social. In: Ecologia, ciência e política. GOLDENBERG, M. (org.), Rio de janeiro, Revan, 1992.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de janeiro, Paz e terra, 1996.

GUIMARÃES, Roberto P. . A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente. in: Ecologia e política mundial. LEIS, H. R. (org.). Rio de janeiro, Vozes/FASE, 1991.

HERCULANO, Selena Carvalho. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz.. In: Ecologia, ciência e política. GOLDENBERG, M. (org.). Rio de janeiro, Revan, 1992

_____ Reflexões críticas sobre o relatório Brundtland: as questões do desenvolvimento sustentável e da nova ordem econômica internacional. (datilografado) , Niterói, 1991.

LAGO, Antonio & PÁDUA, José Augusto. O que é ecologia. São Paulo, Brasiliense, 1992.

LEIS, Hector Ricardo. Ética ecológica: análise conceitual e histórica de sua evolução. In: Reflexão cristã sobre meio ambiente. São Paulo, Loyola, 1992.

_____ Ambientalismo: um projeto realista - utópico para a política mundial. In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo , Cortez, 1995.

LEIS, Hector & DÁMATO, José Luis. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. CAVALCANTI, C. (org.). São Paulo, Cortez, 1995.

LEONARDI, Maria Lucia Azevedo. A sociedade global e a questão ambiental. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. CAVALCANTI , C. (org.). São Paulo, Cortez, 1995

LIMA, Marcos Ferreira da Costa. Desenvolvimento sustentável, a crise do fordismo e os países periféricos. In: Meio ambiente ecos da ECO. RODRIGUES, A M. (org.) Campinas, Unicamp, 1993.

LUCHIARI, Maria Tereza & SERRANO, Célia de Toledo. Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas. In: Meio ambiente ecos da Eco.

RODRIGUES, A M.(org.). Campinas, Unicamp, 1993.

MORIN, Edgar & KERN, Brigitte. Terra - pátria. Porto alegre, Sulina, 1995.

MAIMON, Dalia. Política ambiental no Brasil. In: Ecologia e desenvolvimento. Rio de janeiro, APED, 1992.

MAY, Peter & SEROA DA MOTTA, Ronaldo (orgs.). Valorando a natureza; análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Campus, 1994

MONTEIRO DA FONTE, Eliana Maria. Contribuições para a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável: uma abordagem centrada na sustentabilidade social. (datilografado) , Recife, 1995.

NEDER, Ricardo Toledo. Limites político - institucionais do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.

HOGAN, D. & VIEIRA, P. F. (orgs.). Campinas, Unicamp, 1995.

ROHDE, Geraldo Mario. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. CAVALCANTI, C. (org). São Paulo, Cortez, 1995

ROEGEN, Georgescu. The entropy law and the economic process. Cambridge, Harvard University, 1971.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo, Vértice, 1986.

_____. Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo, Vértice , 1986.

SERRES, Michel. O contrato natural. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

SADER, Emir. A ecologia será política ou não será. In: Ecologia e política.

GOLDEMBERG, Mirian. Rio de Janeiro, Revan, 1992.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e uma busca de alternativas sustentáveis. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. CAVALCANTI, Clóvis (org.) São Paulo, Cortez, 1995.

STROH, Paula Yone. As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . CAVALCANTI, Clóvis (org.). São Paulo , Cortez, 1995.

TAMAMES, Ramon. Crítica dos limites da crescimento: ecologia e desenvolvimento. Lisboa, Dom Quixote, 1982.

VIEIRA, Paulo Freire. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo, Cortez , 1995.

VINCENT, Andrew. Ideologias políticas modernas. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

VIOLA, Eduardo & LEIS, Hector. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. HOGAN, D. & VIEIRA, P. F. (orgs.) Campinas, Unicamp, 1995.

_____. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: Ecologia e política mundial. LEIS, H. R. (org.). Rio de Janeiro, Vozes/FASE, 1991.